

A CARTA DA “ES CRAVA” ESPERANÇA GARCIA E A FORMAÇÃO DO CÂNON LITERÁRIO AFRO-BRASILEIRO: UMA NARRATIVA DOS ESCRAVIZADOS NO BRASIL

ELIO FERREIRA DE SOUZA¹

RESUMO

A Carta de 6 de setembro de 1770, de Esperança Garcia, foi endereçada ao Governador da Capitania de São José do Piauí (MOTT,1985,2010), Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, uma “inusitada reclamação” (MOURA,2004) por se tratar de uma “escrava” que se dirige à principal autoridade do Piauí colonial setecentista. Do ponto de vista literário e texto defundação, a Carta de Esperança representa para a literatura afro-brasileira, o mesmo que a Carta de Pero Vaz de Caminha (1500) representa para o cânon euro-ocidental na literatura brasileira. A epístola em estudo foi escrita dezenove anos antes da Revolução Francesa. É certamente um dos registros escritos mais antigos da escravidão no Brasil, escrito pelo próprio escravizado, no nosso caso uma mulher negra, brasileira e cativa, Esperança. O que confere à narrativa epistolar citada acima o status da escritura de uma gênese, ou seja, deformação do cânon na literatura afro-brasileira. Do ponto de vista literário, pretende-se classificar a Carta de Esperança como ‘crônica’ social da escravidão, que assume a forma da narrativa dos/as escravizados/as e relat o autobiográfico de experiência pessoal e coletiva d oafrodescendente neste país, considerando-se o caráter multifacetado da crônica “como expressão literária híbrida, ou múltipla” (MOISÉS, 1974, p. 133). No estudo, atenta-se para a função social da Carta em estudo como petição jurídica, que denuncia maus tratos e reivindica direitos em favor de si própria, de Esperança, dos familiares e amigas escravizadas. Os estratagemas do discurso literário ganham ênfase no corpus da narrativa de escravidão e relato autobiográfico. No processo de construção da epístola, a narradora/protagonista e cativa forja em espiral a dinâmica de narrar por dentro dos episódios vivenciados por ela mesma e escravizados/as da Fazenda Algodões. O discurso literário se constitui de elementos como eloquência, dramaticidade, metáforas

¹Professor do Mestrado Acadêmico em Letras e da Graduação em Letras na Universidade Estadual do Piauí. Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-NEPA/UESPI. Pós-Doutorem Estudos Literários pela UFMG (2019). E-mail: professorelioferreira@yahoo.com.br/elioferreira@cchl.uespi.br.

onomatopaicas, imagens de dor, comoção; narrativa de “sororidade” (HOOKS, 2018) entre mulheres negras no cativeiro; herança da tradição oral africana. Elementos dessa natureza atestam a Carta como escrita fundadora de uma tradição literária afro-brasileira, aportada na narrativa autobiográfica que traduz a experiência pessoal e coletiva dos afrodescendentes no exíliodiaspórico. O manuscrito de Esperança faz desmoronar os estereótipos raciais, a ideia enganosa ou a falácia acerca da “submissão natural” do negro escravizado, propagado pelo discurso colonialista e a História oficiosa. Além disso, a Carta lança por terra o falso mito da convivência pacífica ou da “democracia racial”, apregoada em *Casa-grande & senzala* (2005), de Gilberto Freyre. Nesse sentido, como nos referimos em linhas anteriores, o nome de Esperança significa a resistência do/a escravizado/a no Piauí e a autoria do texto criador de uma tradição literária afro-brasileira, que teria dado origem às narrativas autobiográficas escritas por elas e eles mesmos, mulheres e homens negros no nosso país. Esse fato se deve ao teor da sua escritura persuasiva, reivindicatória e ao mesmo tempo comovedora; “não apenas de

luta, mas também de dor [...]” (HOOKS, 2018, p.59). E ainda a refutação aos abusos do cativeiro e a coragem que ela,

Esperança, na condição de escravizada, tivera ao denunciar maus tratos, torturas físicas e proibições às suas convicções religiosas e outros tipos de arbitrariedades praticadas por Antônio Vieira do Couto, o administrador das fazendas da Inspeção de Nazaré, pertencentes à Coroa de Portugal, contra ela, a autora da denúncia, os filhos desta, o esposo e parceiras, suas colegas também subalternizadas pelo regime de escravidão. No que diz respeito à história de Esperança Garcia, enquanto crônica da escravidão na Capitania de São José do Piauí, em especial, na Inspeção de Nazaré, atenta-se para o ponto de vista do testemunho ocular de uma mulher, que vivencia a experiência da brutalidade, violência e humilhação da escravatura. Em situações tão desfavoráveis para uma mulher negra e cativa, especula-se ainda acerca da resposta ou silêncio do Governador da Capitania perante a denúncia formulada pela Carta de Esperança contra Antônio Vieira do Couto, procurador da Inspeção de Nazaré. Conforme uma carta em assinatura e de autoria desconhecida, escrito na mesma época, provavelmente por um funcionário da administração governamental, Esperança teria fugido inúmeras vezes. O destino, o lugar, os lugares ou paradeiro da fugitiva, nas vezes em que andara refugiada, até hoje continuam uma incógnita. Não há registro documental da existência de uma rede de comunicação solidária entre os escravizados, trilhas de fuga ou lugares ocultos que davam guarida aos

fugitivos. Nossa investigação apontará certamente caminhos para a especulação e a compreensão da epistêmica narrativa dos escravizados/as, dos fatos históricos da escravidão, da crônica social dos subalternizados pela mão de obra cativa nas fazendas do Fisco Real no Piauí setecentista e escravocrata, registrados pela Carta autobiográfica das dezessete linhas escritas por Esperança Garcia.

Palavras-chave: Esperança Garcia. Carta. Narrativa dos Escravizados. Brasil.

INTRODUÇÃO

Eu Sou hua escrava de V.S.da dministração do Cap.^{am}
Ant^o Vieira de Couto, cazada. Desde que o Cap.^{am} Lá foi
adeministrar, q. me tirou da Fazd^a dos algodois, onde via
co meu marido, para ser cozinheira da sua caza, onde nella
passom^{to} mal.

A Primeira héq. Ha grandes trovadas de pancadas
En hum Filho meu sendo huã criança q. lhe fez extrair sangue
Pella boca, em mim não poço explicar q Sou hu colcham
de pancadas, tanto q cahy huã vez do Sobrado abacho peiada;
por mezericordia de Dses Capei.

As egunda estou eu e mais minhas parceiras
Por confeçar atresannos. E huã criança minha e duas mais por Batizar.
Pello q Peço a V.S. pello amor de Ds. e do
SeuValim.^{to}ponha aos olhos em mim ordinando digo
mandar a Porcurador que mande p. a Faz^{da} aonde elle ^{m.} tiroup.^a
eu viver com meu marido e Batizar minha Filha

de V.Sa. sua escrava
EsPeranCaGarcia

155

Eu Sou Eu e naor da pda da administraco do 7.^o
An. de Coia de Cou no Estado do le q' oley q' La foi
edemnylar, q' na tiva de p'ora: dos affadys, onde vici
a Com Meu Mandado, para Ser Governador de sua Ora,
E onde nella passo m. mal.

A Primeira e q' La g'ra de p'ora de p'ora de p'ora
Carta. Fille meu tanto em t'ra m'ra q' p'ora de p'ora
Sangue pella boche, em m'ra naõ p'ora exp'lar q' Sou Eu
Collem de p'ancatoj, tanto q' La g'ra de p'ora de p'ora
aboclo peida p'ora m'ra de p'ora de p'ora
A segunda a isto: Eu m'ra m'ra p'ora p'ora p'ora
Confelar a t'ra anney, e sua Crianca m'ra eduy m'
por Batis m'. De p'ora de p'ora de p'ora de p'ora
Seu b'lim. p'ora de p'ora de p'ora de p'ora de p'ora
mandar a p'ora m'ra de p'ora de p'ora de p'ora
Eu vius com Meu Mandado de Batis m'ra de p'ora

Esperança Garcia

Defende bell hooks que, quando produzimos conhecimento, os nossos discursos não incorporam apenas palavras de luta, mas também de dor – dor da opressão. E, quando escutamos os nossos discursos, também se escuta a dor e a emoção contidas na sua precariedade: a precariedade, segundo hooks, de *ainda* sermos excluídas/os dos lugares a que acabávamos de “chegar”, mas onde dificilmente podemos “ficar”. (KILOMBA, 2019, p.59)

Entendo por narrativa dos escravizados no Brasil a obra escrita por eles e elas mesmas, homens e mulheres negras que resistiram à escravidão, cujo texto autobiográfico conta as experiências pessoais, coletivas e episódios relacionados aos incidentes fatídicos do cativeiro, narrados e protagonizados por esses heróis e heroínas negras da história. A *Carta de Esperança* endereçada ao Governador do Piauí (1770) é a saga de uma mulher escravizada, que viveu no interior do Brasil. O relato escrito inicia, inaugura, incita uma cronologia da “performance” (TAYLOR, 2013), a escrita de dor, recusa e “oralitura [...]” (MARTINS, 2000, p.84), a afirmação de identidades étnico-racial e de gênero para evidenciar a fala contendedora de uma subalternizada, as vozes da “escrita gestual do corpo [...]” (SOUZA, 2017a, p. 60), a dinâmica da oralidade ancestral na formação de um cânone da literatura afro-brasileira – esta forja e bigorna/safra de artefatos e estratégias de contar histórias e temas evocados no curso do “Atlântico negro” (GILROY, 2001). A exemplo, “o ponto de vista do narrador [...]” (DUARTE, 2011) e narradora, a narrativa de dentro, “incluindo aí a sua subjetividade [...]” (CUTI, 2010, p. 57), a premonição da negritude na escrita, a herança oral de matriz africana (SOUZA, 2017b), resistência, reivindicação por igualdade de direitos, resiliência. Esse arcabouço textual torna-se peculiar à episteme da obra literária de autoras e autores negros do Brasil, especificamente nos séculos XVII, XVIII e XIX, cujas estratégias de narrar perpassam as cortinas do passado para significar lugares de encruzilhadas e experiências dos autores/as afro-brasileiros contemporâneos. A escrita dos escravizados/as revela uma gênese e a formação da narrativa autobiográfica de autoria afrodescendente, “uma escre(vivência) de dupla face [...]” (EVARIESTO, 2005, p. 201) ou “escrevivências” (DUARTE, et al, 2016), ao conquistar a adesão de autoras/negras, que hoje têm publicado suas experiências pessoais e coletivas em forma de autobiografias, biografias, canções, cartas, contos, crônicas, diários, fábulas, poemas, repentes, romances.

Reafirmo que, a priori, pretendo investigar a missiva de Esperança, endereçada ao Governador da Capitania de São José do Piauí, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro. Contarei um pouco da história, a vida da autora/protagonista e os eventos de dor em

que estivera envolvida— o registro escrito e factual da resistência da escravizada contra os horrores da escravatura no Brasil da segunda metade do século XVIII. Almejo elucidar acontecimentos a partir da leitura de fontes primárias como os manuscritos de época, a memória oral, as ruínas das antigas construções, os sítios e peças arqueológicas. Itinerários que talvez nos guiem à revelação de fatos e enigmas relacionados à fuga, ao paradeiro — à vida dessa mulher negra, que deu novo significado à história da escravidão no nosso país e, especialmente, no Piauí. Pouco ou quase nada se sabe o que teria sucedido a Esperança, uma vez consumada a denúncia por escrito contra o hostil e poderoso, o “Procurador” dos Algodões e administrador das Fazendas da Inspeção de Nossa Senhora de Nazareth. Tudo nos leva a crer, que o Capitão Antônio Vieira do Couto fora intimado a justificar-se perante o Governador, em consequência das práticas abusivas e excessos contra os escravizados das fazendas dos antigos Regulares da Companhia de Jesus. Contudo, pelo que se sabe ou constam os registros escritos posteriores ao incidente, assinados por Couto, datados entre 1770-1774, a exemplo do relatório de exportação de boiadas para a Bahia, não há quaisquer indicativos de punições mais graves, que lhe teriam sido imputadas pelo Governador do Piauí. Embora seja o único registro escrito de autoria de uma escravizada ou escravizado do nosso conhecimento, durante o Piauí colonial, a *Carta de Esperança* não fora a única denúncia por escrito contra o sadismo, a violência e as mazelas do Capitão, além do seu favorecimento ilegal através da apropriação de manufatura dos alimentos produzidos pelos escravizados das fazendas do Fisco Real, sob a administração do referido almoz.

CAPÍTULO 1: NARRATIVA DE FORMAÇÃO DO CÂNON LITERÁRIO AFRO-BRASILEIRO

A *Carta* autobiográfica de Esperança antecipa o ideário de feminismo negro, “sororidade e solidariedade” (HOOKS, 2018, p.28) entre as mulheres negras e cativas no sertão do Piauí colonial, praticamente há duas décadas antes da Revolução Francesa de 1789. O contar de dor, persuasão, recusa, negação, ginga e mandinga elevam-se de modo incisivo contra o almoz ao denunciar, em petição escrita, as agressões e põe em dúvida a reputação do administrador dos Algodões perante os olhos do Governador. Suponho que, uma vez surpreendido pela *Carta de Esperança*, em ocasião tão inusitada por vir da parte de uma escravizada naquelas paragens de fim do mundo, o destinatário ao ler os

relatos e episódios de dor e coragem de uma mulher jovem e cativa, mãe e casada, a qual lhe confiara o próprio destino, de certo o Governador fora enredado pelo senso de responsabilidade do cargo que exercia, pela veracidade e contundência da trama narrativa escrita e instigada pela cativa dos Algodões. Enfim, a crônica de “escravivências” de Esperança é uma espécie de teia mágica. E ainda, a forja e bigorna/safra de uma realidade real cenário de dor e crueldade da crônica social dos escravizados no Brasil. Tal epistemo torna-se peculiar à escrita *oralizada* e autobiográfica dos autores e autoras afro-brasileiros escravizados ou ex-escravizados. A exemplo, a carta “Sou tratado com pouco respeito” (1650), escrita pelo soldado alforriado Henrique Dias ao Rei de Portugal; os repentes e pelejas do afro-paraibano Inácio da Catingueira (?-1879), poeta não alfabetizado, contra o preconceito racial e o racismo de seus contendores; o livro de poemas *Primeiras trovas burlucas de Getulino* (1859-1861) e as cartas de Luiz Gama, escritor afro-baiano e ex-escravizado; o livro *Biografia de Mahommah Gardo Baquaqua*: uma narrativa de Zoogoo, no interior da África, de Mahommah Gardo Baquaqua (1854), autor africano escravizado no Brasil que, durante viagem num navio mercante aos E.U.A., uma vez aportado naquele país, foge do cativo e anos mais tarde, escreve sua autobiografia.

Por conseguinte, a cerca da vida de Esperança Garcia, temos conhecimento da existência material de apenas três documentos: a *Carta* endereçada ao Governador do Piauí, escrita por ela mesma, datada de 6 de setembro de 1770, corpus da nossa investigação; uma carta anônima, sem data e identificação, localizada no Arquivo Histórico do Piauí; o documento “Escravos dos Algodões”, constante na Relação dos Escravos das Fazendas da Inspeção de Nossa Senhora de Nazareth, 1778, assinada por Manuel Antunes da Assumpção, acervo da Biblioteca Nacional, Brasil. Neste sentido, não me direi esforços para garimpar fatos relacionados à vida e história de Esperança - a heroína negra, que conspirou contra a violência e o terror do cativo em razão dos incidentes de crueldade e humilhação da Fazenda dos Algodões, uma das onze estâncias da Inspeção de Nossa Senhora de Nazareth. A *Carta* de 6 de setembro de 1770 é a história pessoal de uma mulher cativa de apenas 19 anos de idade, casada e mãe de dois filhos. Sob esse aspecto, devo admitir, que “a autobiografia não comporta graus: é tudo ou nada” (LEJEUNE, 2014, p. 29).

O escravizado era uma “peça”, objeto ou coisa, inventariado pelo regime escravista. Ocupava a mísera condição de bem semovente, pois assim eram tratados os reféns do cativo (homens, mulheres, crianças) nas fazendas de gado, roças, engenhos de

cana-de-açúcar no interior do Brasil setecentista, tais quais os bois, cavalos, carga de rapadura, fardo de algodão, açúcar, farinha etc. Nessa fábrica de desumanização de homens e mulheres negras, Esperança significa, por excelência, a recusa da escravizada ao escrever a *Carta* e empreender sua própria fuga da “Caza de Residência”, estamesmacasaesededa administração das Fazendas da Inspeção de Nossa Senhora de Nazareth, para onde fora levada a jovem mãe cativa e os filhos desta (Pedro e Paula), contra sua própria vontade, para ser “cozinheira” na casa do Capitão Antônio Vieira do Couto, o algoz do incidente narrado por Esperança.

Em dezessete linhas, com os recursos da linguagem rica em metáforas onomatopaicas, tais como: “trovoadas de pancadas”; “colcham de pancadas[...]” (GARCIA, 1770), Esperança conta sua saga ao Governador. Ela diz que é uma “escrava”, casada, -“dadministração do Cap.^{am} Ant^o Vieira de Couto [...]” (GARCIA, 1770). Fala que desde chegada do referido Capitão, este havia lhe retirado dos Algodões, onde vivia com os filhos e o marido, para ser cozinheira na casa dele, do administrador da Fazenda dos Algodões, o que a impediria da convivência com o marido em família. Conta também que ali, na nova morada, passava muito mal. Fala que o filho é muito maltratado, uma criança [Pedro, detrésanos], que chegou a sangrar pela boca, em consequência das agressões físicas -“grandes trovoadas de pancadas[...]” (GARCIA, id.), desferidas pelo Capitão. Conta também que, ela mesma, Esperança, não podia explicar a razão de tantos açoites e crueldades, que se tornara -“um colcham de pancadas” (GARCIA, ib.). Um certavez, foi peada pelo Capitão. Caiu do sobrado escadas abaixo, mas escapou -“por mezericordia de Ds esCapei” [...] (id.). Conta ainda que ela e as “parceiras” estavam há três anos por confessar. Além da filha de colo (Paula) e mais duas crianças das colegas de escravidão por batizar.

Por último, pede ao Governador da Capitania do Piauí que interceda no conflito contra os abusos e truculências praticadas pelo administrador da Fazenda dos Algodões, o Capitão Antônio Vieira do Couto, dando ordem para que este, em cumprimento do mandado daquele superior, envie Esperança de volta ao seu lugar de origem, aos Algodões, para elaviver com o marido [Ignácio Angola] e batizar a filha: “Pello q Peço a V.S. pello amor de Ds. e do Seu Valim.^{to} /ponha aos olhos em mim ordinando digo mandar a/ Porcurador quemande p. a Faz^{da} aonde elle^m. tiroup.^a eu/viver com meu marido e Batizar minha Filha” (id. ib.). Infelizmente, até o momento, não se registraram quaisquer provas documentais acerca da resposta do Governador à *Carta* de

Esperança. No entanto, oito anos mais tarde, o nome de Esperança, do esposo Ignácio Angola, dos prováveis filhos Pedro e Paula, além de outros escravizados e escravizadas constam na lista já citada “Escravos dos Algodões”, no documento manuscrito Relação dos Escravos das Fazendas da Inspeção de Nossa Senhora de Nazareth (ASSUMPTÃO, 1778, fls. 2). À época, os Algodões e a Inspeção já se encontravam sob a administração do novo Inspetor, Manoel Antunes da Assumpção. Em 1774, Assumpção sucedera ao Capitão Antônio Vieira do Couto, por motivo da morte do último, em maio do mesmo ano de 1774 (AHU-Piauí, cx. 11, doc. 21), de causa desconhecida por nós.

Reporto-me, aqui, amais um dos episódios de violência da *Carta* petição, contado no segundo parágrafo dessa narrativa epistolar, cuja cena de horror parece transcender no interior da casa grande, quando a trama é desencadeada nos degraus das escadas, na parte mais elevada que dava acesso às dependências do sobrado. Ali, no andar superior, de certo, Esperança fora atirada escadas abaixo pelo Capitão. Por pouco a tentativa de homicídio não resultara de fato em tragédia, na morte de Esperança, que estivera amarrada pelos pés, caída como se fosse um animal e impedida de se locomover livremente: “tanto q cahy huã vez do Sobrado/abacho peiada; por mezericordia de Ds es Capei” (GARCIA, 1770). A provável casa, a que se refere a autora e protagonista da *Carta*, encontra-se, hoje, em total ruína, demolida pelos anos e séculos de abandono, cujos escombros estão localizados na zona urbana, centro da cidade de Nazaré do Piauí. Onde à época, teria sido a morada do Inspetor Algodões, ao mesmo tempo “Caza da Residência” e sede da administração das Fazendas da Inspeção de Nossa Senhora de Nazareth. A casa da sede situava-se num terreno de elevações de frente para um grande pátio. O prédio seria obra dos antigos proprietários, os Jesuítas proscritos por El Rei de Portugal, Dom José I. Da varanda da frente da casa grande, ter-se-ia uma visão privilegiada do grande pátio. Ali os bois oriundos das várias fazendas, trazidos pelos criadores ou vaqueiros das respectivas estâncias, passariam sob a revista e avaliação do Inspetor para então serem transportados por terra e comercializados na Bahia. A viagem devia durar muitos dias pelo sertão adentro até chegar a Salvador, o destino previsível da boiada, sob os cuidados dos vaqueiros e escravizados.

Já conhecia de antes a maioria daquelas paragens e lugares visitados na minha infância e a adolescência. No entanto, somente durante as três últimas viagens de visitas exclusivas aos sítios, com a propriedade de pesquisador, atentei-me de forma mais sistemática para obter essas informações com as comunidades quilombolas remanescentes,

que vivem nessas fazendas. Das construções antigas, localizei, ainda intacta, apenas a casa da Fazenda de Baixo, provavelmente uma construção mais recente, do século XIX, que substituíram os prédios antigos em ruínas, no Povoado Serrinha, município de São Francisco do Piauí, cuja fazenda fica aproximadamente à distância 30km pela rodovia ou cinco léguas, e 18km “por dentro” – três léguas a pé ou no lombo de animal, até a antiga Fazenda dos Algodões. Da infância, quando andei por esses lugares remotos, nos engenhos de rapadura e nas farinhadas, tenho algumas vagas lembranças da casa grande e da varanda e dos compartimentos enormes da Fazenda dos Algodões, ainda na década de 1960.

CAPÍTULO 2: A CARTA AUTOBIOGRÁFICA DE ESPERANÇA: UMA CRÔNICA DA LUTA DO ESCRAVIZADO NO BRASIL

Ao atentarmos mais uma vez para a foto/imagem do texto original, fotografia de Paulo Gutemberg, e a transcrição *ipsis litteris* da *Carta* de Esperança Garcia (MOTT, 2010, p. 141), podemos perceber que se trata de uma crônica literária sobre os acontecimentos diários, a história real de um cativo das fazendas degado vacumecavalarda Inspeção de Nazaré, no Piauí. O texto foi escrito dez anos depois da expulsão e sequestro dos bens dos padres da Companhia de Jesus, antigos proprietários dessas estâncias, proscritos por Dom José I, El Rei de Portugal. A epístola, a que me refiro, é de cunho autobiográfico. Vale repetir, que se trata de um texto de formação do cânon literário afro-brasileiro, uma narrativa de fundação dessa tradição escrita no Brasil de contar/narrar em primeira pessoa, cuja autora e protagonista diz respeito a uma mulher negra e escravizada.

Pode o subalterno falar? (SPIVAK, 2018, p. 110). Esperança Garcia era uma “escrava”, uma mulher negra. Os contextos histórico e social do cativo eram-lhe desfavoráveis à fala e à dignidade humana sob diversos aspectos. Viveu no século XVIII, nas fazendas do interior do Piauí. Quase um século antes das campanhas abolicionistas terem início no Brasil. A cativa alfabetizada fala como subalterna e “sujeito consciente” (SPIVAK, id.). Conta sua história para “legitimar” o “lugar de fala [...]” (RIBEIRO, 2017, p. 79), o espaço reivindicado por ela, para si mesma, para os filhos, o marido e o grupo de escravizados negros. Em dezessete linhas de narrativa, diz com engenhosidade e coragem, quem é e do que se trata sua missiva. Quando escreveu a *Carta*, era muito jovem. É provável que se encontrasse refugiada, em algum lugar até hoje ignorado. Recompunha-se da longa caminhada de mais ou menos 10 léguas, que corresponderia a 60km de estrada,

“cortando por dentro”. Segundo o Sr. Expedito, morador do atual quilombo Algodões, seria essa a distância do antigo trajeto a pé ou a cavalo, da “Caza da Residência”, localizada na sede das Fazendas da Inspeção de Nossa Senhora de Nazareth à cidade de Oeiras, então capital do Piauí. Hoje, à distância de 69 km pela estrada de asfalto. A antiga cidade recebera o nome em homenagem ao Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal, à época influente Secretário de Dom José I, rei de Portugal. Isso sucedera um ano depois da Carta de El Rey Dom José I, de 3 de setembro de 1759, que expulsou os Jesuítas de Portugal e dos domínios do seu Reino, conforme transcrição *ipsis litteris* de trechos da referida Carta Régia:

Nestas indispensaveis circunstancias tenho pois determinado que os sobreditos Regulares corrompidos; deploravelmente allienados do seu santo Instituto; e manifestamente indispostos por tantos, tão abominaveis, e tão inveterados vicios para voltarem á observancia d'elle; como notorios Rebeldes, Traidores, Adversarios, e Agressores que tem sido, e são actualmente da minha Real Pessoa, e Estados, e da paz publica, e bem commum dos meus fieis Vassallos, sejam prompta, e effectivamente exterminados, desnaturalizados, proscriptos, e expulsos de todos os meus Reinos, e Dominios, para nelles mais nao poderem entrar: Ordenando qu edebaixo da pena demorte natural e irremissivel nenhuma Pessoa dequalquer estado, e condiçãõ que seja lhes dê entrada nos mesmos Reinos, e Dominios ou com elles tenham qualquer correspondencia, ou communicaçãõ verbal, ou por escripto; ainda que aos mesmos Reinos, e Dominios venhaõ em habitos diversos; e que hajaõ passado a qualquer outra Ordem Religiosa; a menos que para isso tenhaõ immediata, e especial licença minha, os que assim os admittirem, ou practicarem [...].(DOMJOSÉI, Cartan.XVII, 1759).

O sequestro das referidas fazendas, orquestrado pelo Marquês de Pombal, foi seguido do desterro dos religiosos da Companhia de Jesus, os padres Jesuítas, o que teria afetado de algum modo os costumes, relações de convivência e a vida dos/as escravizados/as, que passaram a pertencer ao Fisco Real e, conseqüentemente, a viverem sob a gestão dos novos administradores.

Das várias fugas que empreendera para livrar-se dos açoites e crueldades do administrador da Fazenda dos Algodões, Esperança Garcia teria fugido da “Caza da Residência”, sede administrativa das Fazendas da Inspeção de Nossa Senhora de Nazareth, juntamente com os filhos, com destino a então capital do Piauí, Oeiras. No itinerário de fuga e ao chegar ao destino desejado, suponho que Esperança tivera a ajuda de parentes e colegas do cativo, assim como no trajeto para chegar à sede do Governo e entregar a *Carta* em mãos do próprio Governador, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro. De certo,

Esperança decidira por si mesma escrever a *Carta*, como também de algum modo recebera o apoio e incentivo de partidários da resistência ao agressor. Esses seriam sabedores da história de violência e crueldade contra Esperança, como também do astucioso engenho do saber ler e escrever da protagonista. Já no limite do suportável, em consequência das pauladas, socos, pontapés e outras formas de agressão, tentativa de violação ou estupro, suponho que, Esperança, a princípio, deve ter também recorrido ao ex-administrador da Fazenda dos Algodões, que ali estivera como gestor entre os nove aos dezesseis anos de idade da narradora do episódio. Consta em documento oficial da época que, no mesmo ano em que os Jesuítas foram desterrados, José Estevão Falcão assumira a administração da Fazenda dos Algodões, mantendo-se ali como administrador no período de 1760 a 1767. De certo, Falcão conquistara de algum modo a confiança de Esperança, à época criança, e dos demais homens e mulheres cativas. De 1767 a 1774, os Algodões e todas as outras fazendas da Inspeção de Nazareth, inclusive a Casa da Residência, ficaram sob a administração do Capitão Antônio Vieiro Couto – o algoz de Esperança (AHU Piauí, cx. 07, doc. 11).

Pelo que nos parece, Falcão tivera por grande desafio Couto, seu colega e sucessor, o que também nos faz crer, que teria sido de fato o primeiro, o provável autor de uma carta anônima (SILVA, 2017), que também põe em dúvida a reputação do último. Se não fora próprio Falcão, algum branco de nome ignorado dera o papel, a pena, a tinta e, talvez, lugar seguro e apropriado para Esperança escrever a *Carta*. Isso é o que podemos deduzir, ante a vigilância do sistema escravagista e mesmo a extrema pobreza do escravizado em lugar tão longínquo e isolado como o sertão do Piauí setecentista e colonial, que certamente não lhe permitiria a compra desses artefatos para pôr em prática ação tão incomum aos “condenados da terra” (FANON, 2010), como a hábil iniciativa de escrever a *Carta* do próprio punho para reivindicar direitos e denunciar um agressor muito poderoso.

De outro modo, o que me parece improvável, teria Esperança, no ato da fuga, subtraído papel, pena e tinta da “Caza da Residência”, onde servira à subjugação do trabalho escravo e tortuoso, ao sadismo e às humilhações do Capitão Antônio Vieira do Couto. Caso assim tenha ocorrido, tornar-se-ia motivo de maior agravamento para o algoz justificar as odiosas reprimendas contra a protagonista do incidente.

Podemos atestar até certo ponto, que o Governador teria chamado à atenção do Capitão, o que seria prudente da parte da autoridade superior. Isso haveria na tentativa de inibir os excessos de violência, cujas práticas poderiam resultar em atmosferas de

hostilidade, mal-estar e conflitos, como a perturbação da convivência entre a senzala e a casagrande. Essa decisão seria a mais convincente e provável, pois os governadores e funcionários da administração colonial tiveram por compromisso e código irrefutável garantir os interesses e a preservação do patrimônio das fazendas de El Rei de Portugal.

Mediante resposta favorável da *Carta*/petição em favor próprio de Esperança, ela teria regressado com os filhos para a Fazenda Algodões para viver com o marido, de quem havia sido separada e dificultado a convivência pelo Capitão Antônio Vieira do Couto. Quanto ao futuro de Esperança não há qualquer registro material de que tenha regressado aos Algodões à época desejada, tampouco se o Governador do Piauí teria lhe dado alguma resposta. Contudo, o registro escrito do nome “Esperança Crioula 27 anos” configura oito anos depois do incidente, na relação dos “Escravos dos Algodões” de 1778, conforme alusão em páginas anteriores. Torna-se prudente ainda considerar outros documentos, que se referem à reincidência de práticas condenáveis do citado Capitão, as quais teriam sido negligenciadas graças à proteção de políticos influentes junto à administração do Governador do Piauí.

Esperança era uma criança, tinha apenas nove anos de idade, quando presenciou a chegada do primeiro gestor da Fazenda dos Algodões, nomeado pela ordem de El Rei de Portugal, uma vez desterrados os extintos Regulares da Companhia de Jesus. A criança negra dos olhos vivos, grandes e puxados, e inteligentes, talvez tenha assistido mais assustada que curiosa à chegada de José Esteves Falcão, que sucedera à administração dos Jesuítas ‘proscritos’. A vida de Esperança começou a mudar no dia 10 de março de 1760, “com um novo senhor: El Rei de Portugal. [...], o então governador do Piauí, João Pereira Caldas, cumprindo ordens do marquês de Pombal, confiscou os bens administrados pela Companhia de Jesus, prendeu os Jesuítas e os remeteu à Bahia[...]” (LIMA, 2005, p. 24).

Uma vez desterrados os Jesuítas e sequestrados os seus bens, nomearam-se novos gestores do Fisco Real. O Tenente de Cavalaria José Esteves Falcão ascendeu ao posto de Administrador das fazendas “Serrinha” e “Algodões” e da “Rezidência de Nazareth”. (CALDAS, 1761, AHU Piauí, cx. 07, doc. 11). No mesmo documento de 01 de novembro de 1760, assinado por João Pereira Caldas, Governador do Piauí, o Capitão Antônio Vieira do Couto foi nomeado para o cargo de Administrador das fazendas “Possoens” e “Campo Grande”, conforme transcrição fidedigna dos documentos abaixo (CALDAS, 1761, id.).

No ano de 1767, Esperança Garcia tinha dezesseis anos de idade. Pedro, o filho

primogênito, seria uma criança de colo. Ela teria se casado entre os quinze e dezesseis anos com Ignácio Angola, trinta anos mais velho que a jovem esposa, um africano conforme onome de nacionalidade confere. Foi quando, o então administrador José Esteves Falcão, depois de quase sete anos como administrador das fazendas de gado Algodões e Serrinha eda Residência de Nazareth, fora sucedido por Antônio Vieira do Couto. O último ascendera ao posto de “Inspetor das Fazendas e da Residência de Nazareth”, ao total de onze fazendas de criação de gado bovino e cavalariças, roças e sítios. A partir desse dia nefasto, a vida de Esperança começara a tomar o rumo do caminho mais desditoso, que poderia acontecer a uma mulher ou homem escravizado, como a separação da família, e, conseqüentemente, dos filhos, marido, esposa, convivas e parentes, tornando de fato o impedimento da união familiar do sujeito negro. O documento de 16 de agosto de 1767, assinado pelo Governador de São José do Piauí, João Pereira Caldas, refere-se à nomeação de Antônio Vieira do Couto para administrar as onze fazendas da Inspeção de Nazareth, incluindo a Fazenda dos Algodões, onde vivia Esperança e, por último, a Residência de Nazareth, sede administrativa das fazendas, conforme transcrição *ipsis litteris*:

Em execução da Real Ordem, [...], nomeio ao Capitão Antonio Vieira do Couto por Inspector das Fazendas da Tranqueira de Baixo, Serrinha, Algodoens, Olho d'Água, Catarens, Genipapo, Guaribas, Mato, Gameleira do Mimbó, Mocambo, Lagoa de São João, Residência de Nazareth.(CALDAS, 1767, AHUPiauí, cx.07, doc.11.AHU CLCU018CX08, D.445).

CAPÍTULO3: A HISTÓRIA DAS ESCRAVIZADAS ESPERANÇA GARCIA EA DE HARRIET A.JACOBS, ESCRITAS POR ELAS MESMAS

A *Carta* de Esperança Garcia é um testemunho raro e precioso da crônica da escravidão no Brasil, pelo seu significado para a vida, a cultura e a história do negro brasileiro. Esse tipo de narrativa é uma revelação do mundo de homens, mulheres e crianças, que fizeram a travessia forçada do “Atlântico negro” (GILROY, 2001) para viver a mais cruel e humilhante experiência humana—a escravidão. Há quase quinhentos anos, a História e a memória do negro brasileiro vêm sendo silenciadas e desvirtuadas e, mesmo nos dias de hoje, tem sido intensificado o ressurgimento de discursos e práticas racistas, colonialistas, necropolíticas, responsáveis pelo genocídio de milhares de jovens e crianças negras nos morros, comunidades e periferias pobres das metrópoles brasileiras. Soma-se a

esses episódios fatídicos o negativismo da ciência, o elogio ao ódio, o preconceito, o racismo estrutural e ações governamentais contra o estudo e ensino sobre gênero, História, Filosofia, Sociologia nas escolas de Ensino Básico, agravados pelas políticas do governo brasileiro de hoje. O Brasil também ocupa a vergonhosa posição de maior traficante de africanos escravizados nas Américas. Temos um número muito reduzido de obras escritas por aqueles que viveram a experiência do cativo no nosso país. No entanto, esse tipo de narrativa dos escravizados no Brasil, escrito por eles e elas mesmas, significa o registro da história real e a vida em regime de escravidão, eventos narrados a partir de experiências pessoais e coletivas, do ponto de vista negro brasileiro ou afrodescendente.

Torna-se oportuno, investigarmos a função social das *slave narratives* dos Estados Unidos da segunda metade do século XVIII à década de 1860, escritas durante os anos que antecederam à Abolição da Escravatura naquele país, consumada em 1865. Ali, mais de uma centena de escravizados/as fugitivos/as, em geral sob o apoio e incentivo de grupos abolicionistas ou de amigos, escreveram e publicaram a história deles e delas mesmas, de parentes e parceiros, de homens e mulheres que viveram a experiência nefasta da escravidão. Isso foi o que pudemos constatar na leitura do livro *Incidentes da vida de uma escrava contados por ela mesma* (1861) de Harriet A. Jacobs. A autora conta as experiências de mulher escravizada nos Estados Unidos, escrita por ela própria. Depois de estratégias frustradas e esforços sobre-humanos por manter-se foragida, escondida na casa da avó durante seis a sete anos, em lugares insalubres, totalmente exíguos e ar irrespirável com o debaixo do assoalho, no teto da casa, Harriet consegue empreender com sucesso a fuga do cativo, ainda na juventude, na adolescência, quando a história de crueldade se infortúnios da escravidão houvera de se lançar sobre si e seus familiares. Dessa obra, destacamos um testemunho breve e real, que dá a noção do que foi na verdade a fábrica dos holocaustos e flagelos - a escravidão do africano e descendentes negros, pois:

Seus escravos eram poucos, e quando morreu foram todos distribuídos entre os parentes. Cinco deles eram filhos da minha avó e tinham tomado o mesmo leite que alimentara os filhos de sua mãe. Apesar da prolongada e fiel servidão de minha avó aos seus senhores, nenhum de seus filhos escapou do leilão. Essas máquinas vivas feitas por Deus não são, aos olhos de seus senhores, mais do que o algodão, ou os cavalos que criam.[...](JACOBS, 1988, p. 27).

Do mesmo modo que a autobiografia de Harriet narra a história pessoal dela

mesma e a história de luta, dor e infortúnio dos afrodescendentes escravizados nos Estados Unidos, a *Carta de Esperança Garcia* conta também a história real de sua vida e os incidentes do cativo no Brasil, na Fazenda dos Algodões. A missiva da afro-brasileira é a crônica

dos acontecimentos diários da escravidão nas fazendas degado do Piauí colonial e escravagista. O estilo, a estética da narrativa autobiográfica é de natureza “negralizada” (SOUZA, 2017b, p. 308); “crioulizada” diria certamente Glissant (2005), cuja peculiaridade dir-se-á também da petição epistolar esperanciana. Admitimos por esse lugar de trânsito a apropriação da escrita do branco, a ressignificação do modelo da petição setecentista pela fala/escrita de uma mulher negra subalternizada pela escravidão. O fluxo em espiral da escrita esperanciana é a tradução da encruzilhada de experiências, a cosmogonia da tradição africana na diáspora, a recusa, a dor, o desespero, algum rastro, algumas pegadas ou qualquer coisa de esperança levadas a efeito na oralização da escrita, nas canções, poemas, contos, narrativas que têm sido reforjadas na bigorna/safradas literaturas afrodescendentes.

A escrita de Esperança preenche as prerrogativas da narrativa de “uma escre(vivência) de dupla face[...]” (EVARISTO, 2005, p. 201) por tratar de registro pioneiro, a escritura de uma mulher negra sobre a vida e o trabalho cativo nas roças e fazendas distantes, no Brasil setecentista, cuja autobiografia pessoal e coletiva também prima pela veracidade e dramaticidade dos episódios de dor da vida em cativo. Subjetividade, lírica, maestria na forma de narrar a história enredam o leitor num teia de comoções: “Eu Sou hua escrava de V.S. da administração do Cap.^{am/} Ant^o Vieira de Couto, cazada. Desde que o Cap.^{am} Lá foi/ a administrar, q. Me tirou da Fazd^a dos algodois, onde vevi-/a co meu marido, para ser cozinheira da sua caza, / E onde nella passo m^{to} mal [...]” (GARCIA, 1770). O ponto de vista da narradora, o “lugar de fala” (RIBEIRO, (2017) da mulher negra e cativa, a solidariedade textual em favor das “parceiras” e escravizadas evidenciam o tom premonitório da negritude literária no Brasil, a militância de gênero e etnia. Na missiva a Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, Governador do Piauí, Esperança fala como sujeito consciente, em nome dela mesma e da dor de uma escravizada, dos filhos e marido:

A Primeira hé q. ha grandes trovadas de pancadas / nenhum Filho meu sendo huã criança q. l'he fez estrair / Sangue pella boca, em mim não poço explicar q. Sou hu / Colcham de pancadas, tanto q. cahy huã vez do Sobrado / abacho peiada; por mezericordia de Ds es Capei [...] (ESPERANÇA, 1770).

A narradora se solidariza, especialmente, com as “parceiras” do cativo, mulheres negras e cativas, o que também configura de forma premonitória a consciência de gênero e sororidade entre mulheres negras e escravizadas, a que já nos referimos em páginas anteriores: “A segunda estou eu e mais minhas parceiras por / Confeçar a tres annos. E huãcriança minha e duas mais / por Batizar [...]” (id. ib.). A *Carta* de Esperança assemelha-se ainda ao estilo do roteiro para projeção de uma película cinematográfica sobre a experiência real e traumática de uma mulher negra e cativa na Fazenda dos Algodões, uma das principais fazendas de criação extensiva de gado bovino do Piauí colonial escravagista.

A *Carta* autobiográfica de Esperança é a história real, breve e comovedora, cujo relato conta as experiências dessa mulher negra e cativa, a história dos filhos, do marido, das amigas também escravizadas e dos filhos destas, submersos na condição mais humilhante e cruel – o cativo. A respeito disso, podemos ouvir mais uma vez a voz de outra mulher escravizada, que provou dessa experiência tão amarga, como fora a estadunidense Harriet A. Jacobs que, uma vez fugitiva do cativo, trinta anos mais tarde, escreveria sua autobiografia *Incidentes da vida de uma escrava contados por ela mesma*, livro publicado no ano de 1861. No Prefácio, Jacobs fala do sentimento e da dor incurável da escravidão: “Só pela experiência se pode compreender como é profundo, e escuro, e repugnante aquele poço de abominações[...]”(JACOBS,1988,p.23). A publicação de *Incidentes* dera-se no auge das campanhas abolicionistas dos Estados Unidos e às vésperas da Guerra de Secessão, que duraria quatro anos de intensa guerra entre o Norte, abolicionista e o Sul, escravocrata, finalizando-se em 1865, com a vitória dos nortistas e a abolição da escravatura naquele país.

A *Carta* da cativa da Fazenda dos Algodões foi escrita quase um século antes da publicação da autobiografia de Harriet A. Jacobs. Apesar de que toda e qualquer forma de cativo seja brutal e desfavorável ao escravizado, as condições de fugado cativo nas antigas fazendas de gado, pertencentes à Coroa de Portugal e sequestradas aos padres da extinta Companhia de Jesus, situadas em lugares longínquos do Piauí, eram remotas para o fugitivo, sobretudo pela dificuldade de sobrevivência em se tratando de mulher e mãe de dois filhos ainda muito pequenos. Numa época em que não se cogitava da existência de quaisquer organizações abolicionistas no Brasil.

Esperança Garcia nasceu e viveu no Brasil. Como já nos referimos anteriormente,

quando escreveu ao Governador do Piauí, era “escrava” e cozinheira da Fazenda dos Algodões, uma das muitas fazendas de criação de gado no interior do Piauí. Embora naquela ocasião, estivesse sido levada contra sua própria vontade para a Casa da Residência, sede das fazendas da Inspeção de Nazaré e casa do Capitão Antônio Viera do Couto. Até o presente momento, não há notícias da existência de quaisquer registros documentais, que constatem precisamente o ano e o dia do nascimento em que a nossa protagonista e heroína negra vieram ao mundo. No entanto, como já me referi em páginas anteriores, a constatação da existência de documentos manuscritos datados de 1778, localizados nos arquivos da Biblioteca Nacional, no Brasil, que registram a idade de “Esperança crioula”, do esposo “Ignácio Angola”, de prováveis filhos do casal e de outras pessoas malfadadas que viviam naquele regime de cativo, conforme “Relação dos Escravos das Fazendas da Inspeção de Nossa Senhora de Nazareth”. Na listagem dos “escravos” da Fazenda dos Algodões, daquele já mencionado ano de 1778, consta que “Esperança” teria 27 anos de idade, e o esposo “Ignácio Angola”, 57. Pelo que se tem observado nos registros escritos, à época das fazendas de gado do Piauí, o termo “crioula” era usado habitualmente pelo regime de escravatura para identificar a mulher escravizada nascida no Brasil, ao passo que “crioulo” teria função semelhante para também identificar a nacionalidade do homem escravizado.

Isso legítima, ironicamente, a nacionalidade de Esperança Garcia, uma mulher negra e escravizada na sua própria terra, no próprio país de nascimento - o Brasil, e subalternizada às experiências de dor do cativo, como violência, violação sexual, humilhações, ódio irreduzível, sadismo. Sabe-se muito pouco da vida dessa protagonista. A saga e a história de resistência de Esperança, cada dia que se passa, tem feito dessa mulher negra e cativa uma estrela guia no céu de crescente esplendor, pelo que ela significa para a História da formação do sentimento de negritude e símbolo de resistência em defesa dos direitos da mulher negra no Piauí e no Brasil.

A *Relação dos Escravos das Fazendas da Inspeção de Nossa Senhora de Nazareth*, a que tenho me referido, repito, é de 8 de setembro de 1778. Constitui-se em um dos três únicos registros materiais, que comprovam a existência de Esperança. Pelo que se tem constatado ou constatado, até o presente, este manuscrito seria a única prova material de que Esperança teria voltado a residir ao lado dos filhos e marido, na Fazenda dos Algodões e, possivelmente, dado à luz outros filhos e filhas, além dos já sabidos pelos nomes de Pedro e Paula. O documento citado acima foi assinado, precisamente, oito anos e dois dias

após adata da *Carta* de Esperança e, coincidentemente, no mesmo mês de setembro, quando viera à luz a narrativa escrita e protagonizada pela “escrava”, cuja escritura registra o amargoincidente dos Algodões, em linhas capazes de comover e transportar para os dias de hoje a imagem real e o significado de ser mulher negra e escravizada no interior do Brasil colonial, no terceiro quartel do século XVIII. A mesma *Relação dos Escravos da Inspeção* parece também nos revelar alguns episódios de certa forma surpreendentes, relacionados à vida de Esperança, por constar da assinatura de Manuel Antunes da Assumpção, o então Inspetor das Fazendas de Nazaré do Piauí, que sucedera ao antigo administrador e algoz de Esperança, Antônio Vieirado Couto, após o falecimento deste, em 12-15 (?) de maio de 1774.

CAPÍTULO 4: A CARTA DE ESPERANÇA E HERANÇA GRIOT

A *Carta* de Esperança narra de dentro da história, forjando imagens poéticas, metáforas onomatopáicas/sonoras na tessitura escrita, tal qual o ferreiro, que uma vez conhecedor da alquimia do fogo e da areia grossa e lavada, retirada do leito de um rio ouriacho de águas limpas, caldeia (fixa, introduz) uma barra de ferro em outra barra de ferro ou de aço. Nesse sentido, a narrativa impõe-se como escrita afro-brasileira, reforça o modelo da petição setecentista e ocidental, e a tradição oral africana, esta eivada de ritmos da língua falada pelo povo, da herança das formas e estilos das narrativas dos *griots*, *griotes* e velhos/as contadores/as de contos, fábulas, canções, histórias reais, memórias transladadas pelo africano desterrado em diáspora. A *Carta* de Esperança não se inclui diretamente nas três classificações de Amadou Hampaté Bâ, mas na ressignificação desses narradores:

- Os *griots músicos* que tocam qualquer instrumento (monocórdio, guitarra, cora, tantã, etc) [...].
- Os *griots “embaixadores”* e cortesãos, responsáveis pela mediação entre as grandes famílias em caso de desavenças. [...].
- Os *griots genealogistas*, historiadores e poetas (ou os três ao mesmo tempo) [...]. (HAMPATÉ BÂ, 2010, p. 193).

Esse diálogo é estabelecido pelo viés da negralização. A herança *griot*, as inúmeras formas de narrativas e canções atravessaram o Atlântico na memória de milhões de sequestrados, que foram cativos nas Américas. No Novo Mundo, a experiência

ancestral do poeta e contador/a de história africano/a foi “Atravessada e sustentada pelorastro/resíduo [...]”(GLISSANT,2005,p.30), ressignificada pela dinâmica do diálogo, que se estabeleceu entre as diferentes culturas e contextos sociais desfavoráveis como a escravatura. Neste sentido, a linguagem, o motivo temático, o ponto de vista da *Carta de Esperança* reterritorializam a voz de uma *griote*, que substitui as “*música e instrumentos*” pelo ritmo das palavras, onomatopeias, metáforas; em vez dos papéis de “*embaixadores*” e *cortesãos*”, fala do lugar de porta voz dela mesma e “parceiras” escravizadas – de nós; não reúne os conhecimentos dos “*genealogistas, historiadores e poetas*”; no entanto, estabelece uma gênese da escrita autobiográfica a partir da experiência pessoal e coletiva dos escravizados no sertão do Piauí, cuja forja e bigorna traduza escrita de Esperança, depositária do “segredo de transmutações” (HAMPATÊ BÁ, 2010, 187). Nesse sentido, o ato de criação da palavra dos griots e griotes representa a “forjadura” do ferreiro africano, os quais representam a cosmogonia ancestral da *Carta* autobiográfica de Esperança enquanto narrativa de formação do cânon literário afrodescendente no Brasil, no “Atlântico negro”(GILROY,2001).

CONCLUSÃO

Esperança foi separada do marido pela iniciativa e interesse de Antônio Vieira do Couto, para ser cozinheira na Residência da Inspeção, onde vivia o referido Capitão. Não seria um julgamento fora de propósito, ante a condição de vulnerabilidade de uma mulher negra e cativa, supor que Esperança teria, então, resistido ao assédio sexual do “procurador” da Fazenda dos Algodões. À época da escravidão, determinadas agressões eram silenciadas pela vítima, em particular, as que feriam a moral da “escrava”, como o assédio sexual. Obviamente, os casos de atentado ao pudor de uma mulher negra, cativa, casada e mãe, como Esperança Garcia, esta preferira o silêncio a tornar público a consumação ou não do fato ultrajante e constrangedor, como a “violação” (HOOK, 2018) ou estupro. Esse tipo de episódio abominável é bastante comum aos relatos de experiência, escritos pelo/a próprio/a escravidão/a, como as *slave narratives* nos Estados Unidos, cujos autores/as escreveram e publicaram autobiografias e testemunhos pessoais, contando fatos da sua própria vida de “escravo” e da vida dos colegas de infortúnio, nos séculos XVIII e XIX (MORRISON,1987). A exemplos: *Incidentes da vida de uma escrava* (1861), de Harriet A. Jacob, já citado; *Doze anos de escravidão* (1853), de Solomon Northup; *Narrativa da vida*

de Frederick Douglass, um escravo americano, escrita por ele mesmo(1845), de Frederick Douglass. Em Cuba, com *Autobiografía de un esclavo*, de Juan de Francisco Manzano; e em diferentes países das Américas, onde o africano e descendentes desceram aos infernos da escravidão. Cenários dos horrores e ultrajes como o açoite impiedoso, violações, enforcamentos, execuções de homens e mulheres escravizados.

As mulheres negras foram as vítimas vulneráveis dessa história de horrores. O estupro contra as mulheres, na maioria das vezes ainda muito jovens, levado a efeito pelos senhores, também fez parte da rotina escravagista no Brasil. A exemplo, no livro *Rosa Egípcia: uma santa africana no Brasil*, Luiz Mott conta a história da protagonista biografada, traficada para o Novo Mundo aos 6 anos de idade, vítima de estupro, praticado pelo seu proprietário, no Rio de Janeiro, “... mal completara 14 anos [...]” (MOTT, 1993,p.8). As biografias e autobiografias das mulheres negras e escravizadas, em particular, são marcadas por uma sucessão de imagens de violência e crueldades. A narrativa da crônica social dos horrores parece ser fruto do irreal, algo de inimaginável; contudo, é o retrato de realidades incontestáveis e da história de barbáries, o que à luz da ética, do respeito humano, deveria ser motivo de vergonha para o branco ante o sentimento de “*glorificação* da história colonial[...]” (KILOMBA,2019,p.5), que corrobora o discurso neocolonialista da necropolítica, respaldado na eugenia e racismo contra o negro em países como o Brasil e os Estados Unidos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro: Editora Jandaíra, 2020.

BAQUAQUA, Mahommah G. **Biography of Mahommah G. Baquaqua. A Native of Zoogoo, in the Interior of Africa**. Printed for Mahommah Gardo. Baquaqua. edited by Samuel Moore. Detroit: George E. Pomery And Co., Tribune Office, 1854. Made in USA, San Bernardino, CA, 20 April 2016.

BAQUAQUA, Mahommah Gardo. **Biografia de Mahommah Gardo Baquaqua: um nativo de Zoogoo, no interior da África**, tradução Lucciani M. Furtado. São Paulo: Editora Uirapuru, 2017.

BAQUAQUA, Mahommah Gardo. **Biografia e narrativa do ex-escravo afro-brasileiro Mahommah Gardo Baquaqua**, tradução de Robert Krueger. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997, p.139. Série prometeu.

CUTI (Luiz Silva). **Literatura negro-brasileira**. São Paulo: Selo Negro, 2010, p. 57.

DOUGLASS, Frederick. **Narrative of the life of Frederick Douglass, an American slave, written by himself.** Nova York: Barnes & Noble, 2003.

DOUGLASS, Frederick. **The Narrative of the Life of Frederick Douglass, an American Slave, Written by Himself.** New York: Anchor Books edition, 1973.

DOM JOSÉ I. CARTA Num. XVII, de 3 de setembro de 1759. **Collecção dos Breves Pontifícios, e Leys Regias.** Armário Jesuítico, liv. 1-A; Torre do Tombo, Lisboa, Portugal.

DUARTE, Constância Lima; CÔRTEZ, Cristiane; PEREIRA, Maria do Rosário A. (orgs.) **Escrevivências: Identidade, gênero e violência na obra de Conceição Evaristo.** Belo Horizonte: 2016.

DUARTE, Eduardo de Assis. Por um conceito de literatura afro-brasileira. In: DUARTE, Eduardo de Assis; FONSECA, Maria Nazareth Soares. **Literatura e afro-descendência no Brasil:** antologia crítica. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 4 v., 2011.

EVARISTO, Conceição. Gênero e etnia: uma escre(vivência) de dupla face. In: MOREIRA, Nadilza Martins de Barros; SCHNEIDER, Liane. **Mulheres no Mundo:** etnia, marginalidade e diáspora. João Pessoa: Ed. Ideia, 2005. p. 201.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra.** 2010.

FREIRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala:** formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal; apresentação de Fernando Henrique Cardoso, 50ª ed. rev., São Paulo: Global, 2005 – (Introdução à história da sociedade no Brasil; 1).

GILROY, Paul. **O Atlântico negro:** modernidade e dupla consciência. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GLISSANT, Édouard. **Introdução a uma poética da diversidade;** tradução de Enilcedo Carmo e Ibergaria Rocha. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005, p. 30.

HAMPATÉBÂ, Amadou. **A tradição viva,** Capítulo 8; in: História Geral da África, I: Metodologia e pré-história da África, editado por Joseph Ki-Zerbo, 2 ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010.

HOOKS, Bell. **Não serei eu mulher?** As mulheres negras e o feminismo. Tradução Nuno Quintas. Lisboa: Orfeu Negro, 2018.

JACOBS, Harriet A. **Incidentes da vida de uma escrava contados por ela mesma;** texto revisado por Lydia Maria Child; edição organizada e apresentada por Jean Fagan Yellin; tradução de Waltensir Dutra. – Rio de Janeiro: Campus, 1988. p. 23.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação:** episódios de racismo cotidiano. Tradução de Nuno Quintas. Lisboa: Orfeu Negro, 2019, p. 05.

LEJEUNE, Philippe. 2014, p.29. **Opacto autobiográfico: De Rousseau à Internet**; organização Jovita Maria Gerheim Noronha; tradução Jovita Maria Gerheim Noronha, Maria Inês Coimbra Guedes. 2d. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014, p.459. Coleção Humanita.

LIMA, Solimar Oliveira. **Braço forte: trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí: 1822-1871**. Passo Fundo: UPF, 2005.

MANZANO, Juan Francisco. **Autobiografía de un esclavo**. Barcelona: Linkgua S.L., 2006.

MARTINS, Leda Maria. A oralitura da memória; In: FONSECA, Maria Nazareth Soares (org.) **Brasil afro-brasileiro**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MOISÉS, Massaud. **Dicionário de termos literários**. São Paulo: Editora Cultrix, 1974.

MORRISON, Toni. "The Site of Memory". In: **Inventing the Truth. The Art and Craft of Memoir**. Ed. William Zinsser Boston: Houghton Mifflin, 1987.

MOTT, Luiz. **Piauí Colonial: população, economia e sociedade**. Teresina: APL/FUNDAC/DETRAN, 2010, p. 141.

MOTT, Luiz. **Rosa Egípcia: uma santa africana no Brasil**. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Bertrand Brasil S.A., 1993.

MOTT, Luiz R. B. **Piauí colonial: população, economia e sociedade**. Teresina: Projeto Petrônio Portela, Governo do Estado do Piauí, 1985.

MOURA, Clóvis. **Dicionário da escravidão negra no Brasil**; assessora de pesquisa Soraya Silva Moura. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. São Paulo: Ática, 1988.

NORTHUP, Solomon. **Doze anos de Escravidão**; tradução de Caroline Chang – 1ª ed. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014.

NORTHUP, Solomon. **Twelve years a slave and other slave narratives**. New York: Barnes & Noble, 2015.

RIBEIRO, Djamila. **O que é: Lugar de fala?** Belo Horizonte: Ed. Letramento, 2017.

SILVA, Mairton Celestino da. "Não convém negro sem amo": escravos, índios e jesuítas nas fazendas da Companhia de Jesus na Capitania de São José do Piauí, 1750-1800. **Revista África(s)**, v. 04, n. 08, p.32-45, jul./dez. 2017.

SOUZA, Elio Ferreira de Souza. **Pôster**. Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-NEPA/UESPI, Teresina, 2016.

SOUZA, Elio Ferreira de. A carta da escrava Esperança Garcia de Nazaré do Piauí: uma narrativa de testemunho precursora da literatura Afro-Brasileira. In: **Literatura e**

canções afrodescendentes: África, Brasil e Caribe, 2017a.

SOUZA, Elio Ferreira de. **Poesia negra: Solano Trindade e Langston Hughes.** Curitiba: Editora Aporris, 2017b.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2018.

TAYLOR, Diana. **O arquivo e o repertório: performance e memória cultural nas Américas.** Tradução de Eliana Lourenço de Lima Reis. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2013.

TITO FILHO, A. **Governadores do Piauí: Capitania, Província, Estado; 3ª ed.** Teresina: Artenova, 1978, p. 12.

REFERÊNCIAS/ FONTES PRIMÁRIAS

ASSUMPTÃO, Manoel Antunes da. **Relação dos Escravos das Fazendas da Inspeção de Nossa Senhora de Nazareth, 1778**, fls. 2. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional do Brasil. (AHU-Piauí, cx. 11, doc. 21).

Requerimento de Fellisbela Maria de Avelino Britto, viúva de Antônio Vieira do Couto, endereçado a Manoel Antunes de Assumpção. Oeiras do Piauí, 10 de dezembro de 1777. Teresina: Arquivo Público do Piauí, Fazendas Nacionais, Caixa 1, fl. 2.

1761, Fevereiro, 11. Vila da Moucha. Ofício do Governador João Pereira Caldas ao ex-secretário da Marinha e Ultramar Tomé Joaquim da Costa sobre o que se fez com as fazendas dos jesuítas [...] Conselho Ultramarino Brasil – Piauí. AHU Piauí, cx. 07, doc. 11. AHUCLCU018 CX08, D. 445.

1767, Agosto, 16. Vila da Moucha. Ofício do Governador do Piauí João Pereira Caldas ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre a nomeação de três inspetores para a administração das fazendas dos jesuítas. AHU Piauí, cx. 9, doc. 5, 7. cx. 7, doc. 5. AHU-ACL-CU-016, CX. 10, D. 588.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BERNAT, Isaac. **Encontro com o griot Sotigui Kouyaté.** 1ª ed. – Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura.** Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.

DIOP, Samba. “The West African Griot Tradition And Oral Heritage In The New World”. In: **Oralidade em tempo & espaço.** FERREIRA, Jerusa Pires (org.). São Paulo, FAPESP, 1999.

DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabelita Rosado (org.); ilustrações Goya Lopes. 1ª. Ed. **Escrevivência - a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo.** Rio

de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

DU BOIS, W. E. B. **As almas da gente negra**. Tradução de Heloísa Toller Gomes. Rio de Janeiro: Lacerda Editora, 1999.

HALL, Stuart. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**; Organização Liv Sovik; Tradução Adelaine La Guardia Resende [et al.]. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003. 443p. (Humanitas)

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês em 1835**. Edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SERAFIM LEITE, S. J. **Breve História da Companhia de Jesus no Brasil, 1549-1760**. Livraria A. I. Braga – Portugal.

SOUSA, Maria Sueli Rodrigues de [et al.], organização. **Dossiê Esperança Garcia: símbolo de resistência na luta pelo direito**. Teresina: EDUFPI, 2017.

ELIO FERREIRA DE SOUZA

Elio Ferreira de Souza nasceu em Floriano, no Piauí. Filho de Aluizio Ferreira de Souza e de Inez de Souza Rocha. Foi ferreiro e bombeiro hidráulico dos 9 aos 20 anos. Pós-Doutor em Estudos Literários pela UFMG (2019), com ‘estágio de investigação’ no Centro de História da Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal. Doutor em Letras pela UFPE (2006). Graduado pelo ABADÁ Capoeira. Professor do Mestrado Acadêmico em Letras e da Graduação em Letras na Universidade Estadual do Piauí. Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-NEPA/UESPI. Publicou livros de poemas e ensaios entre os quais: *Poesi anegra: Solano Trindade e Langston Hughes* e *América negra & outros poemas afro-brasileiros*.